



Nem tudo que se move é vermelho, mas nem toda reforma é uma contrarrevolução: para pensar com Mauro Iasi

Not everything that moves is Red, but not every reform is a counter-revolution: the thoughts of Mauro Iasi

Victor STRAZZERI*

<https://orcid.org/0000-0001-7525-3932>

Introdução: da contradição à revolução

A contribuição de Mauro Iasi à problemática das vias para a transformação fundamental da ordem social burguesa dispensa as formalidades e vai direto ao cerne dos dilemas atuais. Ou seja, postula que qualquer debate sobre as crises múltiplas do tempo presente – a crise estrutural do sistema capitalista, das relações sociedade-natureza, da democracia e da vida política, dos complexos associados à reprodução social e à cultura – deve arrancar da superação do modo de produção capitalista, não só como horizonte possível, mas necessário e cada vez mais premente. O texto é uma reflexão polêmica sobre a questão da mediação política necessária para a realização desta transformação revolucionária e, sobretudo, uma dura crítica às formas políticas que, de instrumentos de emancipação dos trabalhadores e demais setores subalternos da sociedade capitalista, tornaram-se fiadoras da sua exploração e opressão. Não necessariamente por terem abandonado (subjetivamente) a construção de uma alternativa, mas por conduzir sua oposição à ordem social burguesa de maneira a reafirmá-la, legitimá-la e, no limite, fortalecê-la.

Partilho o ponto de partida radicalmente crítico de Mauro Iasi, que nos une na construção teórico-política e concreta do seu ponto de chegada. Por essa razão, meus esforços de diálogo crítico não remetem às teses centrais do artigo, às quais acrescentarei algumas poucas ponderações e perguntas, mas sim, à ‘modalidade’ ou ‘registro filosófico’ em que se dá a reflexão de Iasi. O texto não apenas sustenta um alto teor crítico, mas um grau igualmente elevado de abstração. A intervenção de Iasi, a meu ver, apenas *sugere* a operacionalização de suas teses centrais; por esta razão, acabam ‘suspensas no ar’ e possibilitam leituras divergentes sobre seu significado para a práxis política. Meu comentário consiste, portanto, numa tentativa de concretizar as teses de *Contrarreforma ou revolução* para, conseqüentemente, pôr em evidência as contradições que elas implicam. Uma intervenção teórica marxista, como a de Mauro Iasi, demonstra sua efetividade precisamente ao aguçar nos leitores a percepção das contradições da vida social. Neste sentido, meu objetivo não é apontar inconsistências ou

* Sociólogo. Doutor em Ciência Política. Pós-doutorando em História pela Universidade de Berna. Endereço: Länggassstrasse 49, (Unitobler) B 126b. CH – 3012 Bern/Schweiz. E-mail: <victor.strazzeri@hist.unibe.ch>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

incoerências nos principais argumentos de Iasi, mas sim, desenvolvê-los até suas últimas consequências, isto é, acentuar sua trajetória rumo à práxis social e à vida cotidiana.

O ponto de referência permanente da breve reflexão que segue é a quarta das *Teses sobre Feuerbach* de Marx, que cito aqui de trás para frente, para que de nossa leitura desgastada saiam novos ímpetos. Na quarta tese, Marx tematiza a crítica materialista de Feuerbach à ‘auto-alienação religiosa’, apontando sua incompletude: ‘... uma vez que, por exemplo, a família terrena seja descoberta como o segredo da sagrada família’ – o mérito de Feuerbach – ‘é a primeira que deve *ela mesma* ser teórica e praticamente destruída’. A crítica de Marx converge, assim, no duplo imperativo de ‘compreender [um fenômeno] em sua contradição’ e ‘revolucioná-lo praticamente’.¹

Para retomar o teor do diálogo que proponho aqui: concretizar é necessariamente acentuar a contradição, para com isso, desvelar as alternativas de ação transformadora postas aos sujeitos revolucionários. No caso de uma reflexão eminentemente política com a de Iasi, isto significará necessariamente tematizar o problema da organização.

Do que estamos falando?

O artigo *Contrarreformas ou Revolução* tem ampla validade para realidade capitalista atual que, num sentido bastante concreto, *aproxima-se* de um universal para a humanidade do tempo presente². Ao mesmo tempo, a reflexão de Mauro Iasi remonta a uma realidade histórica específica que permeia o texto, mas só aparece (timidamente) enquanto a “[...] tragédia da experiência recente dos governos petistas no Brasil (2003-2016)” (IASI, 2019, p. 11). Nesse sentido, o esforço de Iasi é o de produzir um diagnóstico do tempo presente que procura extrair as lições teóricas e políticas da trajetória do Partido dos Trabalhadores que, se por um lado é apenas mais uma variante no largo histórico de amoldamento à ordem de instrumentos de emancipação das classes subalternas, encerra uma problemática própria.

São inúmeras as experiências frustradas de transformação social por via eleitoral, sobretudo desde o ascenso da anti-utopia neoliberal nos anos 1970; comparada a outros governos de esquerda latino-americanos dos anos 2000, a experiência petista tem, contudo, a distinção de ter sido especialmente moderada no seu ânimo transformador e de ter terminando com uma ruptura institucional, o golpe parlamentar-judicial de 2016³. É a conjunção contraditória destes dois determinantes, a baixa intensidade do reformismo petista – um ‘reformismo quase sem reformas’, na caracterização de Valério Arcary – e a via golpista que as classes possuidoras brasileiras e a mídia oligárquica escolheram para remover o partido do poder, que exige uma explicação e ainda gera perplexidade na análise e no desenvolvimento de uma estratégia política para a etapa atual. De certa maneira, segue aberta a ‘questão PT’, que da sua formulação da década de 1980 em referência ao problema de como *chegar ao poder* com um programa de transformação profunda da sociedade brasileira, relança-se por consequência da

¹ A inspiração para essa leitura vem do ensaio dos finlandeses Juha Koivisto e Lauri Mehtonen intitulado “Teses sobre as Teses de Feuerbach” (Thesen über die Feuerbachthesen. In: KNIEST, C. et al. [orgs.] **Eingreifendes Denken**: Wolfgang Fritz Haug zum 65. Geburtstag. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2001, p. 256-265). A tradução de Marx e das demais citações abaixo são de minha autoria.

² Apenas aproxima-se, pois antes da efetiva universalização e saturação capitalistas em escala planetária virão a barbárie e a certa catástrofe do metabolismo social com a natureza

³ Os eventos na Bolívia em finais de 2019 parecem acrescentar outro caso de golpismo como solução para interromper governos reformistas moderados em declínio, mas ainda viáveis eleitoralmente.

saída (ou remoção) do partido do poder. Sem resposta – teórica e prático-política – a essa questão, tampouco haverá o ‘ponto final PT’, no sentido da abertura de um capítulo novo na história das lutas sociais brasileiras.

O golpe, é importante ressaltar, não lançou a questão, apenas elevou sua intensidade e urgência: enquanto o PT estava no poder, nem o partido encontrou uma explicação para a manutenção da oposição categórica e implacável que sofreu das classes possuidoras e da grande mídia durante todo seu governo, nem as organizações à esquerda do PT e os movimentos sociais ‘não-alinhados’ foram capazes de constituir uma plataforma de oposição que delineasse uma alternativa socialista ao modo petista de ‘colaboração de classes’. A eleição de Bolsonaro, antes impensável, mas cujas raízes são claramente visíveis no ciclo político petista e eclodem com o desperdício do potencial emancipatório-transformador das revoltas de junho de 2013, somou-se a ainda não respondida ‘questão PT’ e impôs, como toda derrota histórica, a busca por diagnósticos no campo da esquerda. A sobreposição do imperativo de compreender o que há de novo na situação atual e de retomar as ‘tarefas [analíticas] em atraso’ com relação ao ciclo petista apenas aumentou o grau de complexidade dessa busca. O caráter escancaradamente classista e reacionário do governo Bolsonaro introduz uma dificuldade particular, já que favorece análises simplistas e justifica, para muitos, o abandono do incompleto acerto de contas com a experiência petista, agora lembrada não sem certa nostalgia⁴.

‘Possibilismo explosivo’ e ‘insurrecionismo abstrato’: respostas defasadas ao quadro atual

Ainda que não o declare explicitamente, a intervenção de Mauro Iasi incide precisamente na tarefa de compreender a trajetória que leva de ‘Lula a Bolsonaro’ com o intuito de abrir caminhos emancipatórios para o momento presente. Iasi acertadamente localiza no binômio reforma/revolução o cerne da problemática atual, e são esses os termos subjacentes a duas linhas de compreensão da ‘tragédia dos governos petistas’ que emergiram recentemente – com importantes paralelos no debate internacional sobre o futuro da esquerda. Se trata de juízos politicamente antagônicos, mas que partilham a mesma unilateralidade e desembocam, a meu ver, num similar imobilismo.

O primeiro é o que caracterizo como ‘possibilismo explosivo’; o segundo, ‘insurrecionismo abstrato’. O possibilismo explosivo consiste no juízo de que, dada a quase absoluta impermeabilidade da ordem burguesa atual a reformas progressistas, sobretudo na ‘periferia’ do capitalismo, ocorre uma mudança no caráter da luta por reformas. De acordo com esse diagnóstico, realizar medidas social-democráticas no quadro atual poderia abrir caminho para uma transformação social profunda ou até mesmo revolucionária. Da inflexibilidade do

⁴ O último ciclo, crucialmente, foi acompanhado da escalada da violência policial e repressiva, assim como da violência política e dos crimes de ódio por parte de uma direita impulsionada pela onda bolsonarista. O alargamento do conceito de política de maneira a englobar o uso da força, tematizado no início do ensaio de Iasi, é essencial para compreender o caráter direcionado, conservador e antipopular do fenômeno da violência social no Brasil. ‘A’ violência de que se fala nos noticiários brasileiros é, à rigor, violência *política*. O crescente papel da violência *na* vida política brasileira em sentido estrito caracteriza, no entanto, outro fato relevante da conjuntura atual; os ataques a indígenas, lutadores sociais, lideranças políticas, à população negra e a LGBTs denotam o absoluto predomínio da face contrarrevolucionária do uso da força e evidenciam uma ‘lenta, gradual e segura’ fascistização da vida política brasileira (que acompanha a erosão de suas instituições democráticas).

arranjo político neoliberal, absolutamente servil aos ditames do capital e em mobilização permanente contra os direitos sociais e a população trabalhadora – um juízo correto –, deriva-se um paradoxal novo apetite por reformas, que de tão intoleráveis aos padrões políticos hoje hegemônicos, supostamente abririam brechas de transformação radical. Em suma, a realização de reformas se torna a utopia.

O ‘insurrecionismo abstrato’ por outro lado, entende que se mesmo os projetos reformistas mais moderados são derrubados do poder e taxados de perigosos experimentos ‘comunistas’, a busca por reformas é uma ineficaz perda de energias políticas e militantes que, sobretudo na conjuntura atual e na periferia do capitalismo, não oferece qualquer ameaça à ordem estabelecida; deve, portanto, ser abandonada. Em seu lugar entra a concentração integral da luta contra o sistema capitalista e o aparato estatal burguês rumo a uma revolução que torna as pautas reformistas redundantes, superando-as. O diagnóstico afirma corretamente a necessidade de atacar a contradição fundamental da vida social atual, isto é, a contradição capital-trabalho, mas desse imperativo deriva – a meu ver, equivocadamente – que tal luta assume automática e espontaneamente um caráter ‘universal’. Enquanto tal, superaria as chamadas causas ‘particulares’ ou ‘setoriais’, das quais se considera portador, mas que reputa ‘secundárias’. No caso do ‘insurrecionismo abstrato’, a resposta à negação absoluta da alternativa é postular a alternativa absoluta.

A crise combinada do capitalismo e da alternativa ao capitalismo

Ambos diagnósticos partem da compreensão acertada de *determinados* aspectos da situação atual que, generalizados de maneira indevida e indiferenciada, acabam por informar visões de conjunto da vida social e plataformas políticas desprovidas de mediações. Frente às contradições da vida política atual, unilateralizam de maneira abstrata um dos termos em tensão (reforma/revolução) suprimindo o outro; a contradição não é superada concretamente, mas dissolvida lógica e abstratamente. O esforço meramente especulativo de abolição da contradição tem, nos dois casos, vida curta. O possibilismo das ‘pequenas mudanças’ cumulativas choca-se contra a ordem inamovível até o esgotamento das suas forças. O insurrecionismo abstrato, por sua vez, se autoliquida na negação total do existente, seja por derivar para o sectarismo, seja por transgredir reiteradamente o próprio discurso de ruptura ao intervir na vida política cotidiana. Não é apenas o sectarismo no campo socialista que se vê às voltas com essa contradição; ela é igualmente desencadeada pela busca imediata de ruptura das organizações de cariz autonomista: tanto a busca pela ação livre de elementos ‘reformistas’ como a militância que almeja transcender integralmente estruturas, hierarquias e o conjunto das formas alienadas de fazer política fracassam necessária e caricaturalmente.

O artigo de Mauro Iasi é, a meu ver, uma intervenção crítica no debate balizado por esses diagnósticos. No entanto, seu texto vai muito mais longe na rejeição do ‘possibilismo explosivo’ do que no igualmente necessário confronto crítico com o ‘insurrecionismo abstrato’, com o qual, por vezes, converge. Iasi acertadamente aponta uma ‘disjuntiva entre revolução e gradualismo’ caracterizada pelo fato de que:

Exatamente no momento em que o poder burguês consolidado indica os sinais evidentes de sua crise e desponta no horizonte histórico uma época de revoluções sociais, prevalece a compreensão que a forma revolucionária é uma anacronia que

teria sido substituída pela civilizada disputa nos limites de uma determinada ordem política e jurídica pactuada (IASI, 2019, p. 9).

Mas há um elemento ausente na precisa análise de Iasi. A ‘disjuntiva’ que sublinha não é contraditória apenas porque à crise do poder burguês soma-se a crise da *compreensão* das formas políticas que levam a sua superação, mas porque, no cenário atual, as formas políticas transformadoras estão elas mesmas em profunda crise. Como sintetizou recentemente Isabelle Garo, a situação presente caracteriza-se pela “[...] crise combinada do capitalismo e da alternativa ao capitalismo” (GARO, 2019, p. 13). Nessa situação, acrescenta a autora,

[...] a perspectiva de uma alternativa concreta ao capitalismo tende a se desmoronar, precisamente quando as contradições do capitalismo se avivam e sua instabilidade global se intensifica... conduzindo a humanidade cada vez mais em direção à barbárie, na mesma medida em que se distancia o horizonte do socialismo e do comunismo (GARO, 2019, p. 21).

A intervenção de Iasi identifica essa problemática, mas silencia uma de suas dimensões centrais, uma vez que a forma revolucionária permanece virtual e abstrata ao longo do texto; o único elemento sinalizado como necessário para a sua construção é o abandono da pauta reformista, em si insuficiente, já que a recusa da luta por reformas não converte por si só nenhum militante ou organização política em revolucionários.

Esta ausência remete a um déficit mais amplo do pensamento socialista contemporâneo. Trata-se do que Garo – em diálogo com a reflexão do último Daniel Bensaïd – caracterizou como o necessário momento estratégico da reflexão política, isto é, “[...] da elaboração de uma alternativa concreta ao capitalismo que engloba os meios e as condições de sua realização e que é capaz de se reajustar de maneira permanente” (GARO, 2019, p. 16). A insuficiente reflexão sobre o momento estratégico é o principal sintoma de que a crise atual das forças anticapitalistas não remete apenas à compreensão defasada da forma revolucionária, mas remonta a uma práxis política muito aquém do grau de experimentação e intervenção concretos necessários para oxigenar e requalificar o debate sobre a alternativa no campo socialista.

O problema da análise dicotômica

Se a reflexão de Iasi prima por seu esforço de buscar o mais fundamental na crise contemporânea, o teor de abstração da análise por vezes acarreta o sacrifício das mediações e contra-tendências. É por essa razão, a meu ver, que o imperativo de transformação radical enunciado pelo texto perde seu vínculo orgânico com a problemática da organização. No trecho abaixo, por exemplo, a clareza do diagnóstico – correto, se tomado abstratamente – vem acompanhada por uma rigidez que dificulta sua utilização como baliza para a intervenção política:

Nossa hipótese de estudo se funda na premissa que a crise da ordem capitalista abre a dupla possibilidade de instituir revolucionariamente uma nova materialidade sobre qual podemos construir novas relações nas quais produzir socialmente a existência humana em uma dimensão emancipada, ou seja, iniciar a transição socialista na direção do comunismo; ao mesmo tempo que permitiria, dependendo do caráter da ação implementada, reinstaurar uma nova forma do mesmo conteúdo econômico,

social e político que se encontra no fundamento da sociedade do capital (IASI, 2019, p. 11).

A contraposição dicotômica realça a encruzilhada em que nos encontramos, mas sob o risco de dilacerar os sujeitos políticos realmente existentes, para os quais os termos da intervenção de Iasi, ‘contrarreforma ou revolução’, aparentam ser as únicas alternativas efetivamente dadas. Esta é a principal questão que permaneceu comigo após a leitura e releitura do texto de Iasi: a hipótese é mesmo de que toda transformação social que não configura uma revolução constitui uma contrarreforma? Ou se trata apenas do diagnóstico de que hoje as únicas mudanças de fato permitidas no interior da ordem burguesa são as contrarreformas neoliberais? O espaço ausente entre ‘contrarreformas’ e revolução leva, no limite, à questão se as reformas – que o texto aproxima sobretudo na sua virtude de salvaguardar a reprodução do sistema capitalista – *seriam atos contrarrevolucionários*.

A dramaticidade da contraposição anunciada pelo título da intervenção de Iasi vai, a meu ver, muito além do dilema entre a construção de uma forma societária nova e a mera reconfiguração do existente. A tarefa posta à práxis revolucionária – para ser digna desse nome – é forjar relações *integralmente* novas, rompendo simultaneamente com o conjunto das construções ideológicas conservadoras e com as relações materiais que as engendraram. Toda transformação social aquém desse critério parece ser um mero rearranjo de ‘formas’, cujo conteúdo – o capitalismo – é invariavelmente o mesmo. O conceito de ‘forma’ tende a ser reduzido, sob esta ótica, ao meramente epidérmico ou superficial, o que abre espaço para leituras economicistas ou sectárias das teses de Iasi.⁵ Pois, se o conteúdo é capitalista e as formas apenas subprodutos mais ou menos variados dessa ‘base material’, a revolução acaba por deslizar para um espaço transcendente, radicalmente externo (e com o risco de desbordar para o metafísico). A teorização das vias para alcançá-la confunde-se, por sua vez, com a profecia da insurreição e do combate ‘finais’.

Retomemos o problema da alienação religiosa. Não se trata apenas de diagnosticar a contraposição entre seres humanos realmente existentes, de um lado, e a projeção de um ente transcendente, de outro, entre materialidade e ideologia, conteúdo e forma; a cisão se dá no seio mesmo das relações sociais materiais e é ela a responsável pela produção do fenômeno religioso, que é de natureza ideológica, mas dotado de materialidade. A contradição está dada no *interior* da vida social: a alienação dos homens com relação a suas próprias capacidades criativas e produtivas (o trabalho), articula-se com a alienação do indivíduo com respeito a si próprio, aos demais seres humanos – incluindo a alienação entre homens e mulheres, explicitamente referida por Marx – e à natureza. Trazendo a discussão para o campo da crítica

⁵ Na entrada ‘Forma’ do *Dicionário Histórico-crítico do Marxismo*, Wolfgang Fritz Haug aponta como a análise das formas tem papel central no pensamento de Marx, possuindo caráter estruturante sobretudo para a crítica da economia política (cf. Form. In: HAUG, W.F. et al (orgs.). **Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus**. Hamburg: Argument, 1999, v. 4, p. 588-615). A temática recebeu historicamente, no entanto, pouco atenção dos marxistas. Haug cita a esse respeito Lucien Sève, que detectou a curiosa discrepância entre o fato de ‘Marx ser o grande pensador moderno das formas’ e a ‘quase completa ausência de obras sobre o tema’, especialmente ‘por parte dos marxistas’. A raiz do problema, para Sève, estaria ‘num ‘materialismo fragmentário’ que, por não compreender ‘as formas sociais na sua materialidade’, busca-a unicamente nos ‘conteúdos’. Por essa mesma razão, ‘desliza para o economicismo e o determinismo’. Lucien Sève *apud* W.F. Haug, *op.cit.*, p. 611. O artigo ‘Forma’ será traduzido ao espanhol e ao inglês no próximo ano e disponibilizado em inkrit.de. O artigo de Lucien Sève sobre o tema é *Forme, formation, transformation*. In: **Structuralisme et dialectique**. Paris: Éditions sociales/Messidor, 1984, p. 193-258.

da economia política: o capital esforça-se por suprimir o trabalho vivo a favor do trabalho morto, de reduzir a mercadoria força de trabalho à uma mercadoria qualquer, de mercantilizar o conjunto da natureza subsumindo-a a suas formas socialmente contingentes; necessariamente fracassa em todas essas frentes. Nem produção de valor sem trabalhador, nem produção e reprodução de trabalhador sem trabalhadoras e nenhuma das anteriores se inviabilizarmos o metabolismo sociedade-natureza. A vida política na sociedade burguesa também é fortemente refratada pelo fenômeno da alienação; mas não a absorve integralmente, a pequena política, ainda que hegemônica, não abole a política no seu sentido emancipatório e transformador efetivo. A tentativa atual da constelação hegemônica das classes dominantes de suprimir a alternativa ao capitalismo do debate político tem um estatuto similar, ou seja, é uma tendência imperante, mas nunca plenamente realizável: “[...] tanto quando se trata de especificar se uma estrutura societária conservará sua peculiaridade atual no seu desenvolvimento subsequente ou se se converterá em algo fundamentalmente diferente, essa transformação não se dá sem alternativas”⁶ (LUKÁCS, 1986, p. 507).

Nesse sentido, se o capital é efetivamente o universal da vida social da humanidade atual e não comporta superações parciais, esse universal não é absoluto nem monolítico – e, portanto, tampouco deve ser oposto por um ‘ideal’ universalizante apenas em sentido abstrato. O desafio é precisamente a construção de uma alternativa política classista enraizada na vida cotidiana, revolucionária e ao mesmo tempo tangível, capaz de articular um universal emancipatório, plural e concreto construído coletivamente por pessoas reais. A síntese de Isabelle Garo revela o difícil equilíbrio imposto a uma alternativa política ao capital que, para trazer a revolução para o campo do possível, necessita concretizá-la:

A multiplicação contemporânea de reivindicações [contra o colonialismo, o racismo, o sexismo e incluindo as questões ecológicas] – que nem se combinam espontaneamente, nem com as lutas de classe das quais, no entanto, nunca podem ser dissociadas – impõe a **construção teórica e política da sua convergência emancipatória**, isto é, sua articulação sem subordinar umas demandas às outras ou a uma causa principal, mas tampouco sem perder de vista o caráter fundamental da contradição capital-trabalho [...] (GARO, 2019, p. 15 – meus destaques).

A construção dessa nova realidade é radicalmente superadora do existente, mas se dá necessariamente no terreno das relações sociais imperantes, nos quais, necessariamente, insere-se a possibilidade inextirpável da alternativa. Aqui convergem o último Lukács e o jovem Fanon:

Esse futuro não é do cosmos, mas do meu século, de meu país, de minha existência. De forma alguma devo propor-me a preparar o mundo que irá me suceder. Pertencço irredutivelmente a minha época. É por ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentada pelo homem existente. Essa edificação relaciona-se ao presente, na medida em que o postulo como o que deve ser superado (FANON, 1952, p. 13).

⁶ Trata-se de um trecho do capítulo ‘Alienação’ da *Ontologia* de Lukács (não tenho acesso a sua tradução em português).

Conclusão: o estado de bem-estar social não é universalizável; o quadro brasileiro o é

As teses mais ousadas do texto de Mauro Iasi referem-se ao Estado de Bem-estar social e ao estatuto histórico-político das reformas sociais sob o modo de produção capitalista. Iasi aponta corretamente que o exemplo das conquistas do Estado de Bem-estar, sobretudo na Europa Ocidental do pós-guerra, fundamentou e segue sustentando as esperanças de forças gradualistas e possibilistas ao redor do mundo:

Toda construção ideológica tem que partir de uma base terrena. A materialidade desta ideologia encontra-se, de um lado na experiência da social democracia europeia e do chamado Estado de Bem-estar Social, experiência esta que não é universalizável além dos limites do velho continente a não ser como ideologia (IASI, 2019, p. 14).

Acrescentaria ao diagnóstico de Iasi três elementos. O Estado de Bem-estar nasce estrutural e geograficamente limitado pela existência dos países socialistas, que são pré-condição de sua construção; em outras palavras, estabeleceu-se precisamente *porque* não era universalizável. O segundo elemento é o fato de que, nas palavras de Eduardo Galeano (2004, p. 15), a ‘divisão internacional do trabalho consiste em que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder’. Em outros termos, não há fordismo, sem imperialismo⁷, e o clube de seus beneficiários diretos é restrito e está fechado para novas adesões (tal como a OCDE). Mesmo as ambições de ‘subimperialismo’ são rejeitadas pelas grandes potências com virulência. O Estado de Bem-estar social é, portanto, impossível ‘em um só país’, já que depende da extração de excedentes e dos recursos naturais de outrem. Até aqui, nada de novo.

O terceiro elemento é menos citado. O Estado de Bem-estar social nunca se universalizou nos próprios países europeus com os quais é identificado; as reformas e o aparato de seguridade social que o compõem são altamente variáveis e contingentes de país para país. Mais importante, o acesso a seus benefícios foi sempre condicionado ao emprego formal e se distribuía de maneira fortemente desigual dependendo da posição sócio-ocupacional, do gênero e do passaporte: a experiência social-democrática europeia não eliminou a condição de classe dos trabalhadores – as hierarquias sociais se reafirmavam cotidiana e estruturalmente, seja no acesso à cultura, educação ou moradia –, dependeu do trabalho não-pago reprodutivo das mulheres (sistematicamente discriminadas pelos sistemas de pensão e de seguridade social), de trabalhadores migrantes que não gozavam dos mesmos direitos da força de trabalho ‘nativa’ etc. A explosão de maio de 1968 – lembremos, no apogeu das ‘três décadas gloriosas’ – é a manifestação mais clara de que, mesmo onde se plasmou, o Estado de Bem-estar foi sempre um fenômeno poroso e inacabado. O olhar retrospectivo a partir da terra arrasada social que é a era neoliberal frequentemente escamoteia estes limites. Vale lembrar que o país de onde escrevo, a Suíça – país ‘modelo’ do capitalismo fordista e da democracia direta – só ampliou o sufrágio para as mulheres (via referendo dos eleitores masculinos) em 1971. A tentativa anterior de introduzir a medida fora derrotada em 1959 em um referendo com dois-terços dos votos pelo ‘não’.

Esta historicização do Estado de Bem-estar é fundamental para evitar sua mitificação, seja por quem busca ‘reproduzi-lo’ em outras latitudes, seja por seus críticos. É com essa ponderação em mente que passo ao que acredito ser a tese mais ousada do texto de Mauro Iasi, a saber,

⁷ Para uma contribuição sucinta, mas esclarecedora sobre o tema, cf. Lipietz (1982).

que ‘há uma diferença essencial quando [pautas de ações ligadas à reprodução e condições de existência da classe trabalhadora] se expressam como pauta dos trabalhadores em luta e quando são incorporadas pela pauta do capital’ (IASI, 2019, p. 13).

Em outras palavras, Iasi argumenta que há uma espécie de ‘mudança de função’ quando reformas são objeto de luta e quando são institucionalizadas. Esse juízo sugere que o campo socialista não necessariamente se desvirtua ao lutar por reformas – ou seja, o autor introduz aqui uma mediação no debate reforma/revolução. No entanto, como Iasi ressalta, ao não transcender a ordem estabelecida, tal mobilização culmina na sua reprodução (ainda que em novo patamar), repondo a necessidade de uma ruptura revolucionária.

Essa aproximação ao binômio reforma/revolução é instigante e registro aqui a esperança de que o autor dê continuidade a ela em sua pesquisa e futuras intervenções. Acredito que vale ponderá-la a partir de um ponto de vista de classe distinto, a saber, contrastá-la com a maneira como as forças da ordem lidam com ímpetus reformistas vindos de baixo: resistem implacavelmente à tentativa de reformas até o momento em que a inflexibilidade começa a ameaçar o sistema como um todo; uma vez concedida (isto é, no ‘devido momento’), a reforma torna-se apanágio da ordem vigente, que passa a tratá-la como prova da superioridade civilizatória da democracia liberal sob o capitalismo. Mas o processo não acaba aí; para as classes dominantes, a concessão da reforma marca não só o momento da autocelebração dos ‘de cima’ e da supressão da efetiva história e dos verdadeiros responsáveis pelas conquistas sociais, mas também o início de uma guerra de posição permanente para limitar a extensão e a efetividade das mudanças progressistas. Nesse esforço, as forças da ordem não cedem posições e – tão logo pressentem a vulnerabilidade do campo progressista – começam imediatamente a restringir, desmontar e inviabilizar as conquistas. O Estado de Bem-estar, é importante lembrar, está em crise há quatro décadas, enquanto seu período ‘de ouro’ durou apenas três. A teorização da funcionalidade das reformas para a manutenção do sistema capitalista deve também responder à questão de por que estão sob permanente ameaça uma vez institucionalizadas. Para voltar ao cenário brasileiro: por que foi necessário desfazer o que era um arranjo tão eficiente de amortecimento do conflito social como foi o caso do PT no governo? Por que, ‘se nunca os bancos lucraram tanto...?’, optou-se pelo programa máximo da saída golpista, da ‘democracia direta do capital’ sob Temer e, finalmente, pela tutela autoritária de Bolsonaro? A resposta a esta pergunta, que o PT não parece estar em condições de dar nem teórica nem praticamente, é precisamente onde incide o ensaio de Mauro Iasi e onde está sua principal contribuição.

Se, como argumenta Iasi (2019), “[...] o momento da crise é... o momento máximo da ideologia [...]” (IASI, 2019, p. 13), a reflexão sobre a situação brasileira tem ampla relevância. O dramático aviltamento da vida política brasileira está entre as expressões mais bem-acabadas da crise em escala mundial. De laboratório das esquerdas o país passa a campo de experimentação de uma forma particularmente virulenta da ofensiva neoliberal. Enquanto no Chile fala-se em sepultar o neoliberalismo no local de sua gênese, o Brasil da dupla Jair Bolsonaro e Paulo Guedes testemunha a tentativa frankensteiniana de revivê-lo em sua forma primordial chilena. Se se mostrar viável pode se credenciar como modelo ‘universal’. Como me disse um chileno recentemente, ‘nem tudo que se move é vermelho’. A direita, não podemos esquecê-lo, também elabora sua ‘alternativa’ para a crise atual.

Mas não é apenas nessa frente que o esforço crítico em solo brasileiro – teórico e político-prático – tem papel central no cenário internacional. O ‘sonho Rooseveltiano’ que André Singer identificou num artigo do distante 2010 como propulsor de uma gradual e (supunha-se) larga marcha pela igualdade social no Brasil agora toma conta das esquerdas do hemisfério norte. A palavra de ordem do *Green New Deal* simboliza o renovado apetite por reformas social-democráticas, projetos de infra-estrutura e investimento público – acrescido de medidas ecológicas – tanto nos EUA quanto na Europa Ocidental. No seu recente *Manifesto socialista*, Bhaskar Sunkara (2019) – fundador da importante publicação *Jacobin* – explica que “[...] ser socialista hoje é acreditar que mais, não menos democracia ajudará a resolver os males sociais [...]” (SUNKARA, 2019, p. 3); no nono e principal capítulo da obra, intitulado *Como venceremos*, Sunkara delinea (2019) um socialismo democrático que ao mesmo tempo constrói paulatinamente a revolução e realiza “[...] reformas não-reformistas” (SUNKARA, 2019, p. 222). É isso mesmo: com quatro décadas de atraso, a esquerda socialista norte-americana descobriu a ‘democracia como valor universal’ de Carlos Nelson Coutinho e Enrico Berlinguer – quase sempre sem reconhecer a importância do debate eurocomunista dos anos 1970 ou partilhar de sua sofisticação. A leitura da intervenção de Mauro Iasi é um valioso recurso nesse contexto, um antídoto para que o sonho não vire devaneio; fica aqui a esperança de que essa tentativa de pensar com o autor – feita de longe – possa ser útil em suas novas elaborações.

Biel/Bienne, Dezembro de 2019.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Editions du Seuil, 1952.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México, D.F.: Siglo XXI, [1971] 2004.

GARO, Isabelle. **Communisme et strategie**. Paris: Éditions Amsterdam, 2019.

IASI, M. L. Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 7-17, set./dez.2019.

LIPIETZ, Alain. “Towards Global Fordism?”. **New Left Review**, n. 132, p. 33-47, mar./abr. 1982.

LUKÁCS, Georg. **Werke. Band 13** [*Prolegomna. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*]. Darmstadt e Neuwied: Luchterhand, [1970-71]1986, tomo 2.

SUNKARA, Bhaskar. **The socialist manifesto: the case for radical politics in an era of extreme inequality**. Londres e Nova York: Verso, 2019.

Victor STRAZZERI

Possui graduação em Ciências Sociais pela PUCSP (2006). Mestre em Serviço Social pela UFRJ (2011) e Doutor em Ciência Política (2017) pela Universidade Livre de Berlim (Freie Universität Berlin). Atualmente é pós-doutorando em História pela Universidade de Berna (Suíça). Desde Agosto de 2019 coordena o projeto de internacionalização do *Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo*, editado pelo Instituto de Teoria Crítica de Berlim (InkriT).-
